



Bibliotema

Auditoria: uma Profissão com História e em Evolução Permanente

1. Auditoria: uma profissão com História...

Quem escreve sobre a História da Auditoria não deixa de referir que as primeiras manifestações conhecidas desta profissão ocorreram nas civilizações antigas mesmo anteriores a 4000 a.C., quando apareceram os primeiros sistemas de registo de transporte, receção, custódia e entrega de valores e ativos: ouro, armas, metais, alimentos, “capital” (literalmente, cabeças de gado), etc.

Rapidamente se descobriu, então, a necessidade de criação de sistemas e processos de controlo e validação mais ou menos independentes, de forma a reduzir ou evitar erros, negligências, roubos, fraudes e corrupção na gestão e controlo desses ativos.

E logo emergiram também as agora tão badaladas “3 Linhas de Defesa” que constituem o atual paradigma das organizações mais avançadas para o “Sistema de Gestão de Risco e de Controlo Interno”:

- A 1ª linha recolhe, guarda e entrega os ativos e valores (recebimentos, entregas, liquidações e pagamentos) legal ou contratualmente devidos ou aprovados;
- A 2ª linha assegura o registo e contabilidade das operações e guarda os respetivos “livros e registos”¹;
- Os “inspetores e auditores”, isto é, literalmente, os “olhos e ouvidos” do rei, imperador ou soberano, são a 3ª linha de defesa e validam o sistema de controlo interno estabelecido ao nível das outras linhas e certificam a adequada “proteção dos ativos”.

Neste modelo primitivo de “proteção e controlo de ativos” aparecem já alguns dos conceitos de controlo básicos que sempre foram, e continuam a ser, tão caros aos auditores:

- Segregação de funções;
- Dupla custódia;
- Controlo de acessos;
- Processos de autorização e registo;
- Processos de conferência e reconciliação;
- Processos de reporte;
- Monitorização ou revisão independentes.

¹ Não é por acaso que as primeiras manifestações conhecidas da escrita se referem a registos de valores.

Índice

Bibliotema •
Auditoria: uma Profissão com
História e em Evolução
Permanente | 1 · 9

Destaques | 10

Novos recursos
de informação | 11 · 13

Biblioteca Itinerante | 14

O Historiador Richard Brown, na sua obra, *"History of Accounting and Accountants"* cuja primeira edição data de 1905, afirmava o seguinte:

"A atividade de Auditoria nasce quase de imediato a seguir à atividade de Contabilidade. Com efeito, sempre que um homem foi mandatado para gerir a propriedade de outro², logo foi sentida a necessidade de uma verificação autónoma da fidelidade e lealdade do primeiro para com o segundo".

Esta "obrigação" de lealdade do "Administrador" para com o "Proprietário", conhecida como "Dever Fiduciário", foi magistralmente retratada no Evangelho de S. Lucas³ na parábola do "Administrador Infiel", também conhecida, e não por acaso, por "Administrador Previdente":

Certo Proprietário tinha um Administrador que foi acusado perante ele de dissipar os seus bens. Ele chamou-o disse-lhe: Que é isto que ouço de ti? Presta contas da tua gestão, porque já não poderás ser mais meu Administrador.

E o Administrador disse consigo: Que irei fazer? Cavar, não posso; de mendigar, tenho vergonha. Já sei o que vou fazer, para que, quando for demitido da Administração, me recebam em suas casas.

E, chamando a si cada um dos devedores do seu Senhor, disse ao primeiro: Quanto deves ao meu Senhor? E ele respondeu: Cem medidas de azeite. E disse-lhe: Toma a tua obrigação, e assentando-te já, escreve cinquenta. Depois disse a outro: E tu, quanto deves? E ele respondeu: Cem alqueires de trigo. E disse-lhe: Toma a tua obrigação, e escreve oitenta.

E louvou aquele Senhor o Administrador infiel por haver procedido prudentemente (...)

Como é fácil de ver nesta narrativa, a "fraude" ocorre porque não há segregação de funções entre a "Administração" e a "Contabilidade". Parece que também não há "Auditoria", mas alguém a substituiu, ou seja, quem verificou que havia "dissipação de bens" por parte do Administrador e informou o respetivo "Proprietário". Esta história, que tem quase 2000 anos, continua, infelizmente, bem atual e perene. De facto, quase todas as grandes fraudes ou colapsos financeiros, antigos e recentes, têm por trás os dois "pecados originais" retratados na parábola:

- "Dissipação de bens", ou seja, má gestão dos ativos;
- "Falsificação das contas", ou seja, fraude contabilística.

É claro que a ideia primordial de que os auditores existem essencialmente para detetar (i) erros e fraudes na gestão dos ativos e (ii) erros e fraudes na sua contabilização, muito embora redutora da função tal como ela existe hoje, continua a ser o grande argumento para justificar a sua existência mas também as críticas à sua eficácia.⁴

Mas o que ainda é mais interessante na evolução histórica desta profissão, hoje tão complexa e multifacetada, é que foram exatamente aquelas duas razões que levaram a que a mesma, nos anos 60 do século XX, se tenha especializado em dois ramos afins e complementares:

- **Auditoria Interna:** é exercida por "entidade interna" mas independente do resto da organização e garante a "eficácia dos processos de Gestão de Risco, Controlo e Governação", isto é, a boa gestão.
- **Auditoria Externa:** é exercida por "entidade externa" independente da organização e certifica a "fiabilidade das contas e das demonstrações financeiras".

E não é difícil adivinhar qual dos ramos está mais vocacionado para prevenir a "dissipação de bens" e aquele que tem especiais responsabilidades na garantia da "fiabilidade das contas"...

² A separação entre a "Propriedade" e a "Gestão/Administração" implica quase sempre a necessidade dos legítimos interessados (*stakeholders*) de obterem uma garantia (*assurance*) independente sobre a conduta e *performance* dos gestores/administradores.

³ Capítulo 16

⁴ Com efeito, a capacidade da auditoria para detetar fraudes sempre se tem revelado de eficácia duvidosa. A função assume-se essencialmente como função preventiva e não detetiva.

A história da função de auditoria, independentemente das suas especializações e facetas, mostra que o auditor sempre exerceu o papel de última instância de “validador”, “certificador” ou “garante” de que a “gestão”, “administração” ou qualquer “interesse delegado” em terceiros ou subordinados é exercido de forma a proteger os ativos ou valores de uma qualquer entidade face aos seus “stakeholders”⁵, especialmente os seus “proprietários”, “investidores” e “credores”.

2. Auditoria hoje: um desafio permanente...

E se a História da função de auditoria interna e externa nos mostra algo de interessante e desafiante é saber que o referido papel de avaliação, certificação ou garantia de última instância da “boa gestão” e das “boas contas” sempre foi, é e será exercido em cima de um “fio de navalha” entre os diversos, em geral conflituosos, e nem sempre legítimos, interesses em jogo.

Quando as coisas estão ou parecem estar a correr bem, o auditor é olhado com certo incómodo, por vezes como empecilho, muitas vezes como amigo da burocracia e quase sempre como um “custo sem retorno”. Mas, quando as coisas correm mal, quase toda gente pergunta:

- “Onde estavam os auditores?”;
- “Quem guarda os guardiões?”.

Quando o auditor é intrusivo, levanta questões desafiadoras, questiona a *performance*, pede “evidências”, ou pergunta por medidas ou indicadores observáveis ou mensuráveis que permitam avaliar o bom desempenho ou a “boa gestão”, logo é olhado como um agente da “desconfiança” ou rotulado como um “ignorante” do negócio que pretende avaliar.

A resposta a dar nestas circunstâncias é muito simples: a auditoria não é uma atividade de desconfiança, mas

um ato de validação independente da confiança nos sistemas, processos, operações e informação. “*Trust but verify*” é um dos lemas mais conhecidos da “boa gestão” que foi universalmente acolhido pelos auditores.



O auditor não é um cético, mas deve atuar sempre com “ceticismo profissional”.

Num mundo onde impera o “dever fiduciário”, isto é, onde todos nós, nas profissões que exercemos, manipulamos, gerimos ou controlamos ativos ou valores que não são nossos, ninguém pode dizer que não tem que “prestar contas”⁶ ou “deixar rasto”⁷ da sua atividade, seja ao nível das cadeias hierárquico-funcionais cada vez mais complexas das organizações, seja diretamente a entidades independentes devidamente mandatadas para realizar avaliações ou revisões independentes.

A função de auditoria, como função de avaliação independente, não é uma profissão fácil nem apelativa. Quem abraça esta função sabe que corre o risco de ser pouco amado, muitas vezes desvalorizado e, por vezes, mesmo detestado. Os auditores são profissionais independentes e isentos que, estando fora da cadeia de comando, não pretendem “dar ordens” mas apenas e só que as suas avaliações, pareceres e recomendações sejam respeitadas e consideradas.

⁵ Literalmente “proprietários de interesses”, ou seja, pessoas e entidades que possuem interesses legítimos sobre os ativos e valores da organização.

⁶ *Accountability*

⁷ *Auditability ou traceability*

Este respeito e confiança, que o exercício desta atividade merece, decorre do “profissionalismo” exigido para a função, o qual assenta em requisitos internacionalmente obrigatórios⁸ e regularmente avaliados⁹, nomeadamente:

- Em fortes condições de “independência e liberdade” de acesso a todos os recursos da organização, mas também e sobretudo,
- No estrito dever de “objetividade e fundamentação” dos factos que reporta e das opiniões que emite.

Quando indivíduos que ocupam lugares-chave numa organização dizem que “*temos auditores porque temos que os ter*”, significa que a auditoria não está a ser compreendida na sua missão nem está a demonstrar que acrescenta ou protege efetivamente os ativos da organização.

É certo que a chamada “auditoria externa” ou “revisão oficial de contas” constitui um requisito legalmente obrigatório nas chamadas “Entidades de Interesse Público”. Por vezes, também a função de “auditoria interna” constitui um requisito imposto pelos reguladores em certos setores de atividade, como, por exemplo, nos setores bancário e segurador.

A existência de uma auditoria (interna ou externa) independente e atuante tem que ser percebida como uma necessidade e não como uma obrigação sentida pelos “responsáveis pela *Governance*” e pelos “*Stakeholders*” de organizações complexas que queiram gerir ou acompanhar adequadamente os riscos da organização.

Em suma: é o **RISCO** em todos os seus domínios, dimensões e facetas que explica e justifica a existência, o âmbito e a evolução da função de auditoria.

E os riscos, correntes ou emergentes, são muitos e cada vez mais no mundo de hoje: falências, incumprimentos contratuais, choques nos mercados, crises, falhas de pagamentos, falhas de contrapartes, fraudes internas ou externas, erros humanos, violações da confidencialidade, roubo de informação, indisponibilidade de sistemas e processos, acidentes, catástrofes, ataques externos ou internos, perda da reputação, gestão ruinosa, conflitos de interesse e muitos mais.

Só há uma razão fundamental para existir uma qualquer função de auditoria e essa razão não é uma questão de “conformidade” com qualquer obrigação imposta do exterior: é o **RISCO** sempre associado (i) à dimensão, complexidade e dinâmica das organizações, (ii) às incertezas dos mercados e do meio envolvente e (iii) ao volume, complexidade e materialidade das operações.

O Risco é o fundamento da Auditoria. A Auditoria é uma função de garantia de última instância de que o Risco é adequadamente gerido na organização.

3. O futuro da auditoria: uma visão e uma ação centradas no Risco...

No início dos anos 80 do século XX, a palavra **RISCO** era um conceito que estava a emergir no meio académico¹⁰, mas não era um termo vulgarmente usado na função de auditoria interna ou externa nem na gestão das organizações.

Dizia-se então que a profissão de auditor era importante porque “a Auditoria era o Controlo dos Controlos”. Era o tempo da auditoria focada na verificação da “conformidade” com as regras e normas estabelecidas. O Controlo Interno era então (e ainda hoje é) entendido como o conjunto de sistemas e processos estabelecidos na organização que asseguram (i) a fiabilidade da informação e do relato financeiro, (ii) a eficácia e eficiência das operações, (iii) a conformidade com as leis e normas e obrigações e, finalmente e não por acaso, (iv) a salvaguarda dos ativos, objetivo que, como vimos, está na génese da profissão.

⁸ Os auditores internos seguem as Normas para a Prática Profissional da Auditoria Interna do “*Institute of Internal Auditors*” – IIA que são consideradas como as melhores práticas profissionais internacionalmente aceites para a atividade de auditoria interna. Os auditores externos seguem obrigatoriamente as normas do “*International Auditing and Assurance Standards Board*” – IAASB.

⁹ Também a atividade de auditoria, como qualquer outra, deve ser regularmente sujeita a avaliação externa independente.

¹⁰ Geralmente ligado à atividade seguradora.

Porém, as dificuldades de uma função de auditoria focada nos controlos e na conformidade dos controlos e não nos riscos eram já óbvias: “Quanto controlo” deve existir? Não será que os auditores, para se protegerem, tendem a recomendar controlos a mais ou controlos ineficientes? A resposta então dada era aparentemente simples: um controlo deve ser justificado com base numa “análise custo/benefício”. O problema era que os custos dos controlos são, em princípio, fáceis de calcular, mas os benefícios nem tanto. Faltava então introduzir nesta equação a medida do **RISCO**. Agora, a resposta é ainda mais complexa e desafiante: devem existir os controlos necessários para que os riscos percebidos estejam dentro do “nível de apetite ou tolerância ao risco” dos *Stakeholders*, isto é, do chamado “perfil de risco” claramente assumido e prosseguido pela organização.

A profissão de auditoria, que, como vimos, tem uma longa e multifacetada história, está em evolução e adaptação contínua para responder aos problemas que as organizações enfrentam em cada momento. Ainda há 40 anos atrás, no meio académico e profissional português, o auditor era descrito, apenas e só, como “revisor de contas”. Rapidamente outras facetas e especializações da profissão emergiram: “revisor do sistema de controlo Interno”, “auditor da conformidade”, “auditor operacional”, “auditor financeiro”, “auditor informático”, “auditor de sistemas”, “auditor de segurança”, “auditor da qualidade”, “auditor da *performance*”, “auditor ambiental”, “auditor de recursos humanos”, etc..¹¹

Independentemente das diversas facetas e especializações da profissão de auditor, a visão contemporânea da função aponta para um paradigma comum: “Auditoria Centrada no Risco”¹². Esta abordagem, que ganha cada vez mais força a nível internacional, implica que toda a atividade de auditoria, desde o planeamento da sua atividade



¹¹ A progressiva especialização da profissão de auditor constitui uma necessidade decorrente da complexidade crescente das organizações, da atividade económica e financeira e dos riscos que é preciso gerir e controlar.

¹² Esta abordagem, internacionalmente conhecida pela designação “*Risk Centric Approach*”, procura que toda a atividade de auditoria seja cada vez menos reativa e focada no passado e cada vez mais focada na antecipação e prevenção dos riscos presentes e futuros.

até ao seu processo de reporte, esteja não só “baseada” mas também continuamente “focada” nos riscos da organização, nomeadamente nos seus riscos presentes e futuros.

Esta visão “*risk centric*” constitui o culminar de um longo processo evolutivo da auditoria, mas, se olharmos com profundidade, o **RISCO** sempre esteve, pelo menos implicitamente, na génese da função e também da boa gestão. Com efeito, “sempre que um homem foi mandatado para gerir a propriedade de outro, logo foi sentida a necessidade de uma verificação autónoma da fidelidade e lealdade do primeiro para com o segundo”.

Num mundo complexo, dinâmico e turbulento, ninguém pode adivinhar o futuro de qualquer profissão, mas uma coisa é certa: a profissão de auditoria reforça-se sempre que aumenta o **RISCO** nas organizações complexas e dinâmicas onde atua.

E é o que está a acontecer no mundo de hoje. As causas das grandes crises financeiras e das grandes falências com impacto global são múltiplas, mas uma causa está certamente em todas elas: uma má supervisão, gestão e controlo do **RISCO**.

A gestão, supervisão, avaliação e controlo do **RISCO** passaram a ser demasiado importantes para a sobrevivência e sustentabilidade das organizações para serem um assunto apenas entregue a duas linhas de defesa: (i) gestores operacionais e (ii) auditores. Esta necessidade conduziu a que nas empresas e organizações onde a gestão de risco é cada vez mais complexa e dinâmica, aparecessem, para além dos auditores, outros profissionais especializados na análise e gestão dos riscos e controlos¹³, que, hoje, constituem a 2ª Linha das “3 Linhas de Defesa”, já afloradas no início deste artigo como tendo emergido há mais de 4000 anos. E cada uma destas especialidades e linhas de defesa possui a sua perspetiva própria e acrescenta valor à sua maneira. Este reforço e complexidade crescentes das linhas de proteção da organização exigem uma clara clarificação e partilha de responsabilidades e uma boa coordenação de esforços, de forma a evitar omissões materialmente relevantes ou redundâncias desnecessárias entre as diferentes “Linhas de Defesa” da organização.

Sem desvalorizar as referidas profissões, historicamente mais recentes, cuja existência está também associada, como 2ª Linha de Defesa, à Gestão de **Risco** e ao Controlo das Organizações, podemos afirmar que a “**Missão do Auditor**”, como 3ª Linha de Defesa, continua a ser única e pode ser resumida no mandato seguinte:

Proteger e aumentar o Valor e a Confiança Organizacional, proporcionando aos seus “stakeholders” internos e externos avaliações (assurance), recomendações e análises independentes, objetivas, confiáveis e baseadas nos Riscos.

(Definição inspirada na proposta do Institute of Internal Auditors (IIA), em discussão a nível mundial)

Departamento de Auditoria, janeiro de 2016

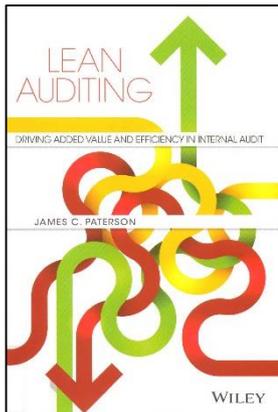
¹³ Exemplos na terminologia inglesa: “*Risk Officers*”, “*Compliance Officers*”, “*Financial Controllers*”, “*Quality Inspectors*”, “*Security Officers*”, “*Actuarial Officers*”, “*Fraud Investigators*”, “*Internal Control Specialists*”, “*Financial Risk Experts*”, etc.

Bibliotema • Destaques

PATERSON, James C.

Lean auditing: driving added value and efficiency in internal audit

Chichester: Wiley, 2015. 307 p.
ISBN 978-1-118-89688-4



James Paterson é consultor, especializado em auditoria interna e neste livro procura transmitir a sua experiência na área de auditoria, *coaching* e formação profissional em liderança e desenvolvimento organizacional. Neste livro podemos encontrar as melhores práticas em termos de auditoria interna, procurando eliminar o trabalho desnecessário e maximizar os resultados e a produtividade.

O autor afirma que o aumento da pressão sobre os recursos leva a uma necessidade de obtenção de maior eficiência em todas as áreas de negócio. A auditoria interna não é exceção, por isso torna-se necessário utilizar técnicas que simplifiquem o fluxo de traba-

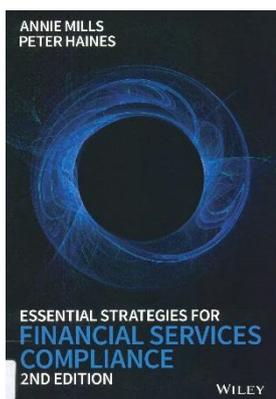
lho, reduzam o desperdício de recursos e acrescentem valor, indo ao encontro das necessidades dos clientes.

A leitura deste livro é aconselhada aos técnicos da área de auditoria interna, e a qualquer pessoa interessada em compreender o efeito catalisador da auditoria interna no crescimento organizacional e no melhoramento contínuo da atividade das empresas. Os auditores têm aqui ao seu dispor ferramentas para uma abordagem de referência aos planos de auditoria, relatórios e identificação dos melhores métodos para alcançar os resultados pretendidos no campo da auditoria interna.

MILLS, Annie; HAINES, Peter

Essential strategies for financial services compliance

Chichester: Wiley, 2015. 372 p.
ISBN 978-1-118-90613-2



Os autores pretendem mostrar as bases conceptuais de *compliance*, bem como o quadro regulamentar atualmente aplicável à indústria de serviços financeiros. Admitem que só muito recentemente é que a área de *compliance* ficou definitivamente estabelecida e que a sua área de atuação continua a aumentar, sobretudo devido a inúmeras mudanças no quadro regulamentar e à procura de orientações claras relativamente a questões de *compliance* que se colocam no dia-a-dia a um ritmo muito acelerado.

Os técnicos de *compliance* desempenham um papel fundamental nas empresas, e sobretudo nos serviços financeiros, porque, nesta área, a falta

de *compliance* pode ter consequências severas. Os técnicos desta área enfrentam desafios únicos: por um lado, deparam-se com um conjunto vasto e complexo de regras que se aplicam ao seu negócio; por outro, têm necessidade de gerir a tensão entre o interesse comercial e a necessidade de estabelecer conformidade.

Através da apresentação de estudo de casos e algumas dicas e exemplos que surgem a partir da experiência dos autores, o livro é um guia completo para os técnicos que trabalham em *compliance*, bem como aqueles que estando fora da função, querem percebê-la melhor.

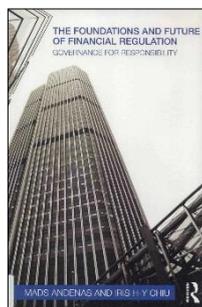
Bibliotema • Lista bibliográfica selecionada

Livros

ANDENAS, Mads; CHIU, Iris H.-Y.

The foundations and future of financial regulation: governance for responsibility

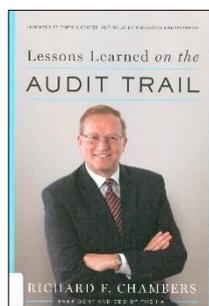
Abingdon: Routledge, 2014.
539 p.
ISBN 978-0-415-67201-6



CHAMBERS, Richard F.

Lessons learned on the audit trail

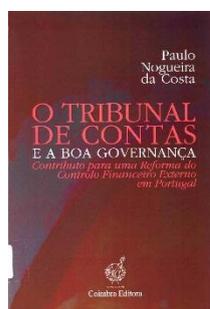
Altamonte Springs: IIAIF - Institute of Internal Auditors Research Foundation, 2014.
264 p.
ISBN 978-0-89413-903-1



COSTA, Paulo Nogueira da

O Tribunal de Contas e a boa governança: contributo para uma reforma do controlo financeiro externo em Portugal

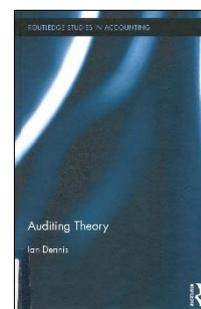
Coimbra: Coimbra Editora, 2014.
556 p.
ISBN 978-972-32-2199-2



DENNIS, Ian

Auditing theory

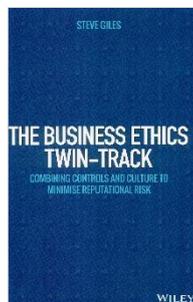
New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2015. 158 p.
ISBN 978-1-138-79201-2



GILES, Steve

The business ethics twin-track: combining controls and culture to minimise reputational risk

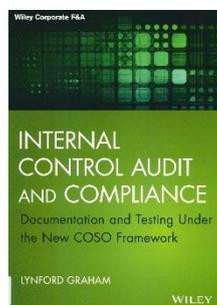
Chichester: Wiley, 2015. 302 p.
ISBN 978-1-118-78537-9



GRAHAM, Lynford

Internal control audit and compliance: documentation and testing under the new COSO framework

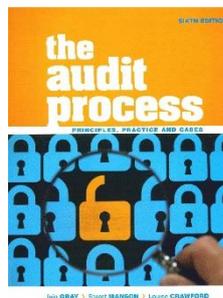
Hoboken: Wiley, 2015. 392 p.
ISBN 978-1-118-99621-8



GRAY, Iain; MANSON, Stuart

The audit process: principles, practice and cases

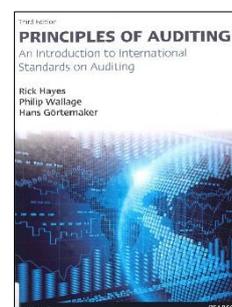
Andover: Cengage Learning, 2015.
920 p.
ISBN 978-1-4080-8170-9



HAYES, Rick; GÖRTEMAKER, Hans

Principles of auditing: an introduction to international standards on auditing

Harlow: Pearson Education, 2014. 714 p.
ISBN 978-0-273-76817-3



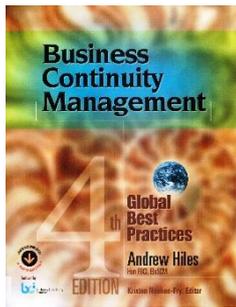
Livros

HILES, Andrew

Business continuity management: global best practices

Brookfield: Rothstein Publishing, 2014. 452 p.

ISBN 978-1-931332-35-4

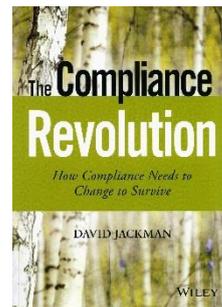


JACKMAN, David

The compliance revolution: how compliance needs to change to survive

Singapore: Wiley, 2015. 208 p.

ISBN 978-1-119-02059-2

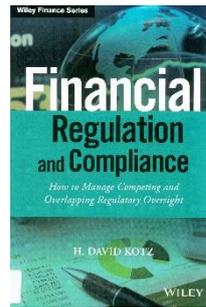


KOTZ, Harold David

Financial regulation and compliance: how to manage competing and overlapping regulatory oversight

Hoboken: Wiley, 2015. 222 p.

ISBN 978-1-118-97221-2



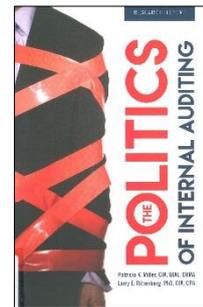
MILLER, Patricia K.; RITTENBERG, Larry E.

The politics of internal auditing: research report

Altamonte Springs: IIAIRF - Institute of Internal Auditors Research Foundation, 2015.

134 p.

ISBN 978-0-89413-905-5



MORAIS, Georgina; MARTINS, Isabel

Auditoria interna: função e processo

Lisboa: Áreas Editora, 2013.

320 p.

ISBN 978-989-8058-81-2

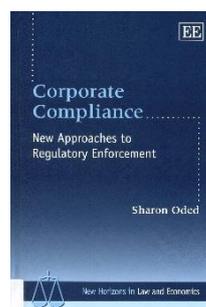


ODED, Sharon

Corporate compliance: new approaches to regulatory enforcement

Cheltenham: Edward Elgar, 2013. 320 p.

ISBN 978-1-78195-474-4

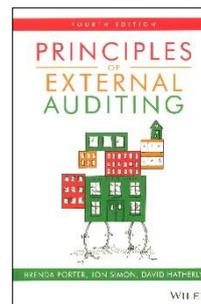


PORTER, Brenda; SIMON, Jon

Principles of external auditing

Chichester: Wiley, 2014. 861 p.

ISBN 978-0-470-97445-2



SARAIVA, Francisco

Independência e responsabilidade civil do auditor externo das sociedades comerciais cotadas

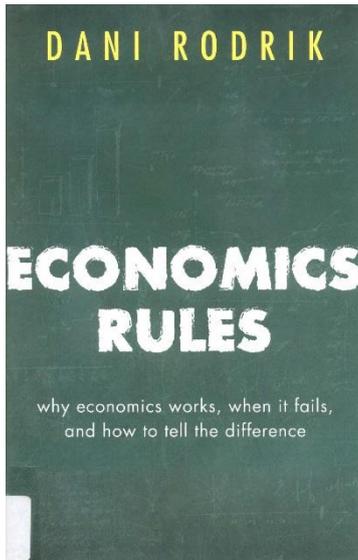
Coimbra: Almedina, 2015.

128 p.

ISBN 978-972-40-5793-4



Novidades • Destaques



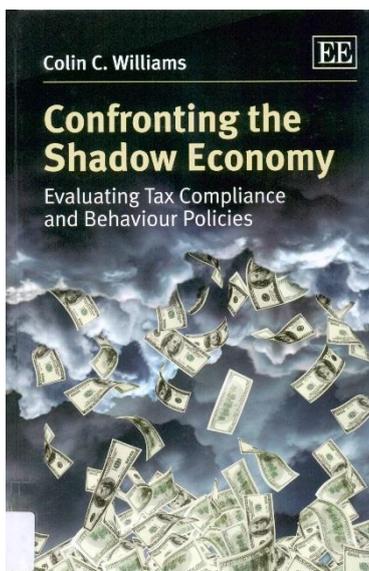
RODRIK, Dani

Economics rules: why economics works, when it fails, and how to tell the difference

Oxford: Oxford University Press, 2015. 253 p.
ISBN 978-0-19-873689-9

Dani Rodrik afirma que a profissão de economista perdeu muito do brilho que já teve no passado, a partir do momento em que a maioria dos profissionais falharam na previsão da crise financeira global de 2008. A credibilidade dos economistas ficou abalada e deu lugar a críticas e mesmo à tentativa de ridicularização desta ciência. No entanto, as opiniões dos economistas continuam a ser muito solicitadas e consideradas. Para compreender este paradoxo, Dani Rodrik, professor de economia em Harvard, desafia-nos a compreender a sua profissão e demonstra que a economia, bem compreendida e praticada corretamente, é inocente de muitas das acusações feitas contra ela.

O argumento principal de Rodrik é que a economia é uma coleção de modelos com os quais podemos compreender o mundo e apresentar soluções para o melhorar. A disciplina evolui através da acumulação de modelos que explicam diferentes fenômenos ocorridos em diferentes momentos, dependendo de um conjunto de circunstâncias relevantes. O desafio é escolher qual o modelo que se aplica a uma determinada situação. Essa escolha exige abertura de espírito e investigação empírica, evitando que a ideologia e as preferências políticas se substituam à escolha de modelos.



WILLIAMS, Colin C.

Confronting the shadow economy: evaluating tax compliance and behaviour policies

Cheltenham: Edward Elgar, 2014. 281 p.
ISBN 978-1-78254-603-0

Este livro surge na sequência de uma pesquisa levada a cabo pela Comissão Europeia, para o período entre 2007 e 2013, sobre a extensão e a natureza da economia paralela nos 27 países pertencentes à União Europeia.

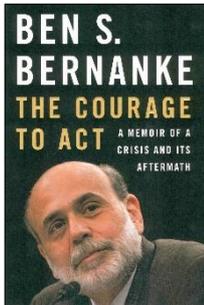
Colin Williams começa por traçar o perfil da economia paralela global, caracterizando as diferentes regiões geográficas e a dimensão do fenómeno em cada uma delas. Seguidamente, afirma que as atividades económicas paralelas são transversais a toda a economia, mas não têm o

mesmo tipo de contornos em todos os países.

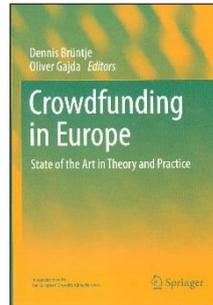
O autor aponta medidas de carácter económico que visam combater a economia paralela e que podem ir desde medidas punitivas pelo comportamento não conforme às regras até ao incentivo de comportamentos de conformidade.

Este livro dá-nos uma visão atualizada da extensão e natureza da economia paralela, bem como das abordagens políticas e medidas possíveis com vista a minorar o problema. Sublinha ainda a necessidade da elaboração de estudos mais profundos para que os governos possam aferir as vantagens e desvantagens das medidas adotadas, bem como o impacto das mesmas na economia.

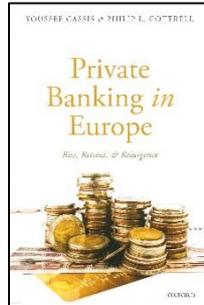
Novos recursos de informação



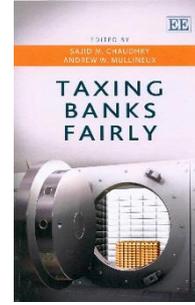
BERNANKE, Ben S.
 The courage to act: a memoir of a crisis and its aftermath
 New York: W. W. Norton and Company, 2015. 610 p.
 ISBN 978-0-393-24721-3



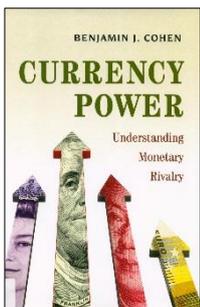
BRÜNTJE, Dennis; GAJDA, Olivier
 Crowdfunding in Europe: state of the art theory and practice
 Heidelberg: Springer, 2016. 248 p.
 ISBN 978-3-319-18016-8



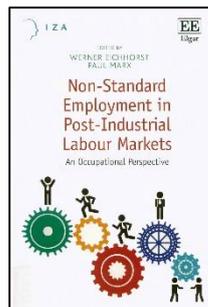
CASSIS, Youssef; COTTRELL, Philip L.
 Private banking in Europe: rise, retreat, and resurgence
 Oxford: Oxford University Press, 2015. 305 p.
 ISBN 978-0-19-873575-5



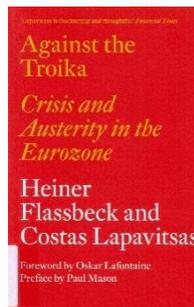
CHAUDHRY, Sajid M.; MULLINEUX, Andrew W.
 Taxing banks fairly
 Cheltenham: Edward Elgar, 2014. 195 p.
 ISBN 978-1-78347-648-0



COHEN, Benjamin J.
 Currency power: understanding monetary rivalry
 Princeton: Princeton University Press, 2015. 286 p.
 ISBN 978-0-691-16785-5



EICHHORST, Werner; MARX, Paul
 Non-standard employment in post-industrial labour markets: an occupational perspective
 Cheltenham: Edward Elgar, 2015. 435 p.
 ISBN 978-1-78100-171-4

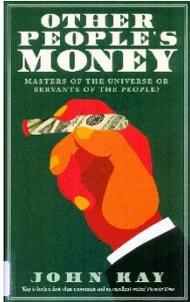


FLASSBECK, Heiner; LAPAVITSAS, Costas
 Against the Troika: crisis and austerity in the eurozone
 London: Verso, 2015. 130 p.
 ISBN 978-1-78478-313-6



HIDALGO, César
 Why information grows: the evolution of order, from atoms to economies
 London: Allen Lane, 2015. 232 p.
 ISBN 978-0-241-00355-8

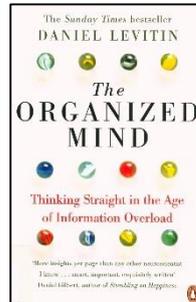
Novos recursos de informação



KAY, John

Other people's money: masters of the universe or servants of the people?

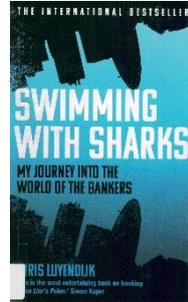
London: Profile Books, 2015.
356 p.
ISBN 978-1-78125-443-1



LEVITIN, Daniel J.

The organized mind: thinking straight in the age of information overload

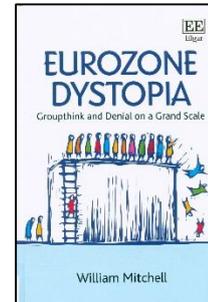
London: Penguin Books, 2015.
496 p.
ISBN 978-0-241-96578-8



LUYENDIJK, Joris

Swimming with sharks: my journey into the world of the bankers

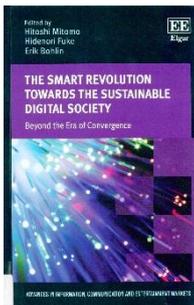
London: Guardian Books, 2015.
278 p.
ISBN 978-1-78335-064-3



MITCHELL, William

Eurozone dystopia: groupthink and denial on a grand scale

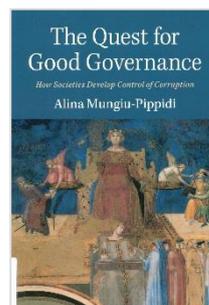
Cheltenham: Edward Elgar, 2015. 512 p.
ISBN 978-1-78471-665-3



MITOMO, Hitoshi.; FUKE, Hidenori

The smart revolution towards the sustainable digital society: beyond the era of convergence

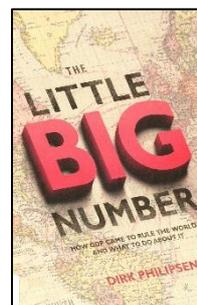
Cheltenham: Edward Elgar, 2015. 386 p.
ISBN 978-1-78471-003-3



MUNGIU-PIPPIDI, Alina

The quest for good governance: how societies develop control of corruptions

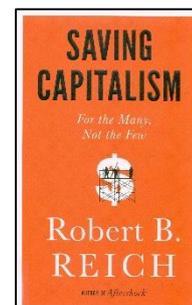
Cambridge: Cambridge University Press, 2015. 296 p.
ISBN 978-1-107-53457-5



PHILIPSEN, Dirk

The little big number: how GDP came to rule the world and what to do about it

Princeton: Princeton University Press, 2015. 398 p.
ISBN 978-0-691-16652-0

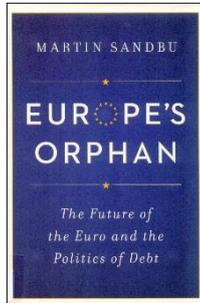


REICH, Robert B.

Saving capitalism: for the many, not the few

New York: Alfred A. Knopf, 2015. 279 p.
ISBN 978-0-385-35057-0

Novos recursos de informação

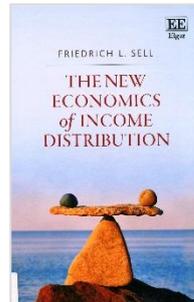


SANDBU, Martin

Europe's orphan: the future of the euro and the politics of debt

Princeton: Princeton University Press, 2015. 313 p.

ISBN 978-0-691-16830-2

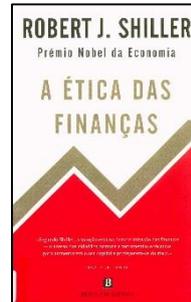


SELL, Friedrich L.

The new economics of income distribution: introducing equilibrium concepts into a contested field

Cheltenham: Edward Elgar, 2015. 264 p.

ISBN 978-1-78347-236-9



SHILLER, Robert J.

A ética das finanças

Lisboa: Bertrand, 2015. 439 p.

ISBN 978-972-25-2935-8



SHILLER, Robert J.

A nova ordem financeira: o risco no século XXI

Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2015. 436 p.

ISBN 978-989-694-130-7

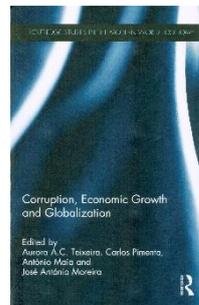


SILVA, Pedro Adão e; PEREIRA, Mariana Trigo

Cuidar do futuro: os mitos do Estado Social português: compreender melhor o que é tão importante para nós

Lisboa: Clube do Autor, 2015. 192 p..

ISBN 978-989-724-253-3

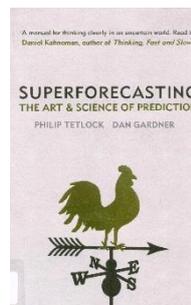


TEIXEIRA, Aurora A. C.; PIMENTA, Carlos

Corruption, economic growth and globalization

London: Routledge, 2015. 266 p.

ISBN 978-1-138-02287-4



TETLOCK, Philip E.; GARDNER, Dan

Superforecasting: the art & science of prediction

London: Random House Books, 2015. 341 p.

ISBN 978-1-84794-714-7



VULKAN, Nir; ROTH, Alvin E.

The handbook of market design

Oxford: Oxford University Press, 2015. 681 p.

ISBN 978-0-19-874377-4

Biblioteca Itinerante

Viva uma nova experiência com a sua Biblioteca

A Biblioteca Itinerante surgiu da vontade de fazer a Biblioteca sair do seu espaço físico e ir ao encontro dos utilizadores, tornando-se mais visível e mais próxima. Dar-se a conhecer ou dar a conhecer os produtos e serviços que disponibiliza e inteirar-se das expectativas dos seus utilizadores são motivações sempre presentes.

A Biblioteca Itinerante já esteve na Filial e no Carregado. No dia 12 de Novembro marcou presença na Sede. O saguão foi o local escolhido por ser acessível a todos, em consonância com a ideia de uma biblioteca dinâmica, que vai ao encontro do seu público.

A adesão ao evento foi bastante positiva, com muitas visitas ao espaço e requisição de livros, bem como sugestões para iniciativas futuras nos diversos edifícios do Banco que não beneficiam da proximidade da Biblioteca.

Agradecemos a todos os que manifestaram interesse por esta iniciativa e sugerimos “que nos incluam” nas vossas equipas de trabalho, como facilitadores dos processos de obtenção de dados, filtrando informação e proporcionando-lhe comodidade e poupança de tempo.

A Biblioteca quer estar onde o utilizador estiver.



Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à Internet

Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

Entrada livre

De 2.ª a 6.ª feira

9h00 – 16h00

(entrada até às 15h00)

T +351 213 130 626

F + 351 213 128 116

biblioteca@bportugal.pt